

FINANÇAS

Confusões em torno do Pix

Novas regras do Fisco geraram polêmicas, mas contribuinte precisa ficar atento a empréstimos para familiares, por exemplo

» RAPHAEL PATI

Com a propagação de diversos boatos e mentiras que circulam nas redes sociais a respeito do Pix, plataforma de pagamento instantâneo, após as mudanças nas regras da Receita Federal, é necessário ficar atento ao que é verdadeiro ou falso nessa história, principalmente, quem costuma emprestar cartão de crédito para algum familiar e não costumava declarar os pagamentos recebidos, por exemplo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teve que publicar até um vídeo desmentindo que não haverá taxa sobre as transferências acima de R\$ 5 mil para a pessoa física e, muito menos, que os pets não começarão a pagar imposto.

No vídeo divulgado na última quinta-feira, o ministro Haddad, desmentiu as informações falsas, além de um vídeo que utilizava o rosto e a voz do ministro, por meio de IA, com informações falsas a respeito da medida. “Essas coisas são mentirosas e, às vezes, elas misturam com uma coisa que é verdadeira para confundir opinião pública”, criticou Haddad, em vídeo publicado pela Fazenda nas redes sociais.

Mas, de acordo com o advogado tributarista Ilan Gorin, os contribuintes que, se possível, precisam realizar operações mais usuais, para evitarem a ‘malha fina’. “Se você pegar um empréstimo particular, no mínimo, você tem que fazer um contrato, reconhecer firma em cartório, isso tudo para documentar melhor e ter menos dúvidas depois. Ainda assim, já é um problema, agora o cartão de crédito usado por terceiros, aí é uma coisa bem mais complexa de explicar, porque é uma operação, talvez, até não prevista em lei. A fiscalização pode não aceitar justificativa”, explicou Gorin.

Na avaliação do tributarista, as mudanças da Receita que entram em vigor neste ano não alteram as práticas que o contribuinte deve ter com as transações bancárias. “As pessoas têm que ter um cuidado maior na formalização das suas operações para evitar de chamar atenção de um fato que não tinha e que é correto, mas não tem uma explicação automática. Então os cuidados já tinham que estar sendo tomados nas operações e, agora, um pouco mais, porque agregou o Pix”, aconselhou.

Conforme a instrução normativa publicada pela Receita Federal em setembro do ano passado, está prevista uma obrigação acessória fiscal às entidades financeiras e instituições financeiras. Na prática, os bancos e outras instituições que lidam com transações financeiras devem enviar ao Fisco um relatório semestral que informa os pagamentos acima de R\$ 5 mil considerados suspeitos, levando em consideração a renda da pessoa física ou superior a R\$ 15 mil, no caso da pessoa jurídica. Esse relatório já existia para pagamentos via cartão de crédito, por exemplo, por meio da Declaração de Operações com Cartão de Crédito (Decred).

As informações referentes ao primeiro semestre deverão ser prestadas até o último dia útil de agosto. Os dados do segundo semestre serão apresentados até o último dia útil de fevereiro, prazo que permitirá a inclusão na declaração pré-preenchida do Imposto de Renda, na metade de março. Sobre taxar o Pix, a Receita ressaltou que nunca vai existir tributação sobre esse meio de pagamento, até porque a Constituição não autoriza imposto sobre movimentação financeira.

Além disso, somente as instituições financeiras serão obrigadas a declarar essas movimentações. Não há nenhuma obrigação aos

Reprodução/Instagram



Haddad foi às redes sociais desmentir cobrança do Pix e outras fake news

cidadãos. Os valores mensais movimentados em uma conta serão consolidados e informados pela instituição financeira à Receita. A privacidade das transações financeiras também estará mantida, ao contrário do que diziam algumas informações equivocadas.

Com a mudança, as instituições financeiras passarão a ter uma responsabilidade exclusiva de identificar quais pessoas deverão ser listadas e constar nas declarações, de acordo com o advogado e head de direito tributário no escritório Zonenschein

» Caixa aumenta taxas de juros

A Caixa Econômica Federal aprovou o aumento da taxa básica da economia (Selic), de 11,25% para 12,25% ao ano, no mês passado, para elevar os juros do crédito imobiliário em 2025. A mudança está em vigor desde o último dia 2, com o custo de financiamentos para a compra da casa própria ficando 2,0 pontos percentuais mais alto, a depender da modalidade. Os juros da linha de crédito corrigida pela Taxa Referencial (TR), por exemplo, subiram para 10,99% a 12% ao ano — além do valor fixo da própria TR. Até o ano passado, estavam em TR + 8,99% a 9,99%. Já no caso das linhas corrigidas pela poupança, o percentual subiu de uma faixa entre 3,1% e 3,99%, para 4,12% a 5,06%, além da remuneração da caderneta.

Advocacia, Luigi Terlizzi Pina. “Elas vão passar a ter mais uma obrigação acessória que é essa informação dessas operações financeiras à Receita”, explicou.

Monitoramento

Com o avanço da tecnologia no sistema financeiro, intensificada após a criação do Pix, e que deve se desenvolver ainda mais a partir da implementação do Drex, a moeda 100% digital brasileira, prevista para este ano, a fiscalização do Fisco ficará ainda mais complexa. “Está cada vez mais difícil para a Receita ter uma fiscalização eficiente a fim de evitar evasão fiscal e ausência de declaração de rendimentos e transferências bancárias. Então, ela delega às instituições o dever de prestar as informações ao que interessar a ela”, avaliou Pina.

A medida, no entanto, pode intensificar a ocorrência de situações mais complexas de resolver, como é o caso de quando a pessoa empresta a conta para terceiros, como parentes e amigos. Com a fixação do montante da transação em R\$ 5 mil para pessoas físicas, o número de pessoas na chamada “malha fina” deve aumentar. Sobre isso, o especialista acredita que

muitas respostas devem ser esclarecidas apenas na prática, mas ele ressaltou que, o contribuinte poderá instaurar processo administrativo para explicar a situação. “A própria instrução da Receita prevê a possibilidade de fazer a retificação dessas declarações, de cinco anos para trás, da mesma forma que é com o Imposto de Renda”, explica o advogado. “Então, com certeza, você terá a oportunidade de corrigir eventuais fraudes ou equívocos que possam ser observados nessas declarações que estão sendo prestadas”, completou.

Para o advogado especialista em direito digital pelo Ibmecc-SP, Luiz Augusto D’Urso, o grande problema com o avanço do monitoramento é a possibilidade de abrir margem para outras formas de controle estatal.

“É importante esclarecer como será feito esse monitoramento, quais serão os critérios aplicados para quando se levanta uma suspeita, para não ter o questionamento indevido para quem absolutamente não cometeu ato ilícito nenhum, uma vez que o Estado tem um limite de controle. Não pode, simplesmente, acessar as contas bancárias e verificar como todo mundo utiliza o próprio dinheiro”, disse.

» Entrevista | RONALDO TRIACCA | PRESIDENTE DA EXPOVITS BRASIL

Laboratório de vinhos chega ao DF

» JULIANA SOUSA*

O Distrito Federal vai receber pela primeira vez um laboratório de vinho, na metade deste ano, o que implicará grande avanço para o setor. “Entre os benefícios dessas análises está, por exemplo, a possibilidade de descobrir a quantidade de fertilizantes presentes nas uvas, o que é crucial para melhorar a qualidade do vinho produzido”, destacou Ronaldo Triacca, presidente da Feira Nacional de Viticultura, Enologia e Enoturismo (Expovits Brasil), ontem, em entrevista aos jornalistas Marcelo Agner e Roberto Fonseca, no CB.Agro — parceria entre a TV Brasília e o Correio.

Triacca também confirmou, Brasília receberá, entre 19 e 21 de junho a segunda edição da Expovits Brasil, pelo menos, 100 expositores. No ano passado, houve a participação de cerca de 70 vinícolas.

As obras do laboratório começarão na próxima semana, segundo Ronaldo Triacca, que também é diretor de relações institucionais da Associação Nacional de Produtores de Vinhos de Inverno (Anprovin). Ele lembrou que o país tem três grandes regiões produtoras de vinho e destacou que “o Planalto Central já está sendo considerado mais um polo vinícola brasileiro”. Confira principais pontos da entrevista:

O que podemos esperar para o mundo do vinho em 2025?

O Planalto Central já está sendo considerado mais um polo vitivinícola brasileiro. É importante ressaltar que o Brasil, sendo quase um continente, também tem um papel significativo no mundo do vinho. Hoje, a Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) divide o Brasil em três grandes regiões vitivinícolas: A primeira é uma viticultura tradicional, localizada principalmente no Sul, onde a produção ocorre no verão devido ao inverno muito rigorosamente. É importante destacar que, no mundo inteiro, a produção de vinho geralmente acontece no verão, devido às baixas temperaturas do inverno, tanto na Europa quanto em outras regiões tradicionais. A segunda é uma viticultura tropical, especializada principalmente no Vale do Rio São Francisco e em outras microrregiões do Nordeste. Nessas áreas, a produção ocorre durante todo o ano, tanto no verão quanto no inverno. A terceira categoria é a viticultura de vinhos de inverno, que está mais centralizada no interior do Brasil. Ela abrange regiões como Brasília, Goiás, o Cerrado mineiro, o norte de São Paulo (na Serra da Mantiqueira), o sul de Minas Gerais, o Rio de Janeiro, além da Chapada Diamantina, na Bahia, e da Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso. Todas essas áreas já estão produzindo vinhos de inverno de alta qualidade, que vieram somar-se aos já excelentes vinhos nacionais.

O DF vai receber o seu primeiro laboratório de vinho. Como isso vai funcionar? O trabalho do laboratório já vai ter impacto na safra deste ano?

Nós precisamos de uma necessidade muito grande, porque para obter o selo de vinhos de inverno, é preciso passar por rigorosas análises químicas, físico-químicas e também sensoriais do vinho.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



“É importante ressaltar que o Brasil, sendo quase um continente, também tem um papel significativo no mundo do vinho”



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista a entrevista.

Até então, precisávamos enviar essas amostras para laboratórios no Sul do país, o que onerava bastante os custos. Conseguimos o apoio ao projeto da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e esse empreendimento está orçado em cerca de R\$ 3,5 milhões. Já temos os recursos garantidos e devemos começar as obras na próxima semana. A ideia é, se possível, inaugurar o laboratório durante a Expovits Brasil, em junho. O trabalho desse laboratório já terá impacto na safra deste ano e, com certeza, a partir do ano que vem.

Quais análises exatamente são feitas nesse laboratório? E o que diferencia um vinho do DF de um vinho de outras regiões do Brasil?

As análises tradicionais, que a maioria dos laboratórios realizam, incluem, por exemplo, precisão de pH e acidez. Estas análises já

começaram na fermentação do vinho. Depois que o processo de fermentação estiver finalizado e o vinho for selecionado, passam a ser feitas análises mais criteriosas. Por exemplo, podemos citar a análise de resíduos defensivos químicos, que é algo absolutamente proibido no vinho. Também há análises relacionadas à coloração do vinho, às características aromáticas e ao índice de polifenóis. São muitos tipos de análise, e nosso laboratório terá essas funções e outras mais.

Além disso, incluem-se análises de solo. Aqui em Brasília, já existem laboratórios que realizam esse tipo de trabalho, mas acredito que também poderemos oferecer esse serviço, ampliando ainda mais as possibilidades.

Esse laboratório pode mudar a produção de vinho do DF e a qualidade das uvas que são produzidas aqui?

Vamos contar com uma

equipe técnica trabalhando à frente desse laboratório. Ele será instalado no Padef, no parque onde será realizada a feira Agro-Brasília e a Expovits. Isso será um grande benefício, especialmente para os produtores do Padef, por estar tão próximo. Além disso, o laboratório ficará dentro do Parque Tecnológico, o que faz todo o sentido, já que a área experimental é fruto dessa parceria entre a Embrapa Uva e Vinho, a Embrapa Cerrados e a Copacaba-DF. É uma localização muito centralizada, de fácil acesso para os produtores do Distrito Federal e também de outros estados.

A produção do DF vai ser suficiente para esse laboratório ou vocês receberão também de outros estados?

O foco principal, obviamente, são as vinícolas associadas à Anprovin, que já reúne em torno de 50 vinícolas, hoje, espalhadas

por estados como Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Bahia e até Mato Grosso. No entanto, o laboratório também prestará serviços para outros estados mais tradicionais na produção de vinhos, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Isso porque algumas análises mais específicas talvez apenas um ou dois laboratórios no Brasil consigam realizar. Dessa forma, é provável que até as mesmas vinícolas do Rio Grande do Sul, que é o estado mais tradicional na produção de vinhos no Brasil, enviem amostras para análises aqui. Entre os benefícios dessas análises está, por exemplo, a possibilidade de descobrir a quantidade de fertilizantes presentes nas uvas, o que é crucial para melhorar a qualidade do vinho produzido.

*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel